

Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2020 - REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 171/2020

EDITAL Nº 117/2020

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Registro/SP. UNIDADES REQUISITANTES: Secretarias Municipais.

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA

1. DO PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, estabelecida à Rua José 1.1. Antônio de Campos, 250 - Centro - Registro/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 45.685.872/0001-79, através do Senhor Secretário Municipal de Administração, ARNALDO MARTINS DOS SANTOS JÚNIOR, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR", objetivando o REGISTRO DE PRECOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGENS AUTOMOTIVAS. DESTINADOS AOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP, conforme descrito no ANEXO I. Este edital será regido pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 2.852/2020, Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, com as alterações posteriores; Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014 e Lei nº 8.078/1990 do Código de Defesa do Consumidor. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatórios e anexos, que dele fazem parte integrante.

	Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2a (Requerente)	Visto do Jurídico
--	------------------------------------	-----------------	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 21/10/2020, às 09h00min. TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 04/11/2020, às 08h59min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 04/11/2020, às 09h00min. INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 04/11/2020, às 09h15min.

LOCAL: https://comprasbr.com.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES: Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Registro, sito à Rua José Antônio de Campos, n° 250, Centro - Registro/SP, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo telefone (13) 3828-1048, ou ainda, através do e-mail material@registro.sp.gov.br

1.2. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato ou fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do PREGOEIRO em sentido contrário.

2. <u>DO OBJETO DA LICITAÇÃO</u>

- 2.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGENS AUTOMOTIVAS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP, conforme descrito no ANEXO I deste edital.
- 2.2. O valor estimado para o certame tem caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno, conforme Artigo 15 do Decreto Federal nº 10.024/2019. Os valores médios foram obtidos através de pesquisa de preços, constante nos autos do processo administrativo nº 171/2020.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

3. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 3.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR (https://comprasbr.com.br).
- 3.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público da Prefeitura Municipal de Registro, denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR (https://comprasbr.com.br).
- 3.3. As comunicações prévias à sessão de disputa de lances, referentes ao certame serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Registro, em www.registro.sp.gov.br; no site do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR, em (https://comprasbr.com.br); ou publicadas no Diário Oficial do Município diário eletrônico www.registro.sp.gov.br. As demais condições constam no presente edital, seus anexos e minuta da Ata de Registro de Preços.

4. REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília/DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5. <u>CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO</u>

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto	sto do Jurídico
--	-----------------



- **5.2.** Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto ao sistema eletrônico de licitações adotado (Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR).
- 5.3. O licitante deverá estar credenciado, preferencialmente de forma direta ou através de empresas associadas ao Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR, em tempo hábil, antes do horário fixado no edital para o encerramento de recebimento das propostas.
- **5.4.** O provedor do sistema eletrônico poderá cobrar pelos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação nos termos do regulamento do sistema, de acordo com o artigo 5º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002.
- 5.5. A PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO está isenta de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema https://comprasbr.com.br, ficando a cargo do(a) participante os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema, de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes (Licitante/ Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR) referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação.
- 5.6. As microempresas ou empresas de pequeno porte, caso queiram optar pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, além da apresentação do TERMO DE OPÇÃO conforme modelo constante do ANEXO II, deverão quando do cadastramento da proposta inicial de preços a ser digitado no sistema, informar no campo próprio sua condição como empresa (ME ou EPP).
- **5.7.** Estão **impedidas** de participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem, dentre outras estabelecidas por lei, em uma ou mais situações seguintes:

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- a) Suspensas temporariamente de participar em licitação e impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Registro, nos termos do artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/93, assim também, nos termos do Art. 7 da Lei 10.520/2002;
- b) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93;
- c) Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, quaisquer outras formas de constituição em grupo;
- d) Estrangeiras que não funcionem no País.
- 5.7.1. As alíneas a) e b) do 5.7 encontram amparo na SÚMULA № 51 do TCESP: "A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador."
- 5.8. A participação no presente certame implica na inexistência de sanção de declaração de inidoneidade, respondendo por má fé a participação nesta condição.

6. <u>REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME</u>

6.1.	O certame será conduzido pelo PREGOEIRO, com o auxílio da equipe de apoio,
	que terá, em especial, as atribuições, constantes das Leis aplicáveis à matéria.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,	- ' ' '	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

7. <u>CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DO PORTAL DE</u> COMPRAS ELETRÔNICAS DO COMPRAS BR

- 7.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas ao Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR, a qual por meio de seu operador designado indicará implícito conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- **7.2.** O acesso do operador ao pregão, para efeito de registrar a proposta e dar lances em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 7.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR.
- 7.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- **7.5.** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- **7.6.** O licitante interessado deverá observar o Art. 19 do Decreto Federal nº 10.024/2019:

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	------------------------------------	-----------------	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- "Art. 19. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:
- I Credenciar-se previamente no Sicaf ou, na hipótese de que trata o §2º do art. 5º, no sistema eletrônico utilizado no certame;1
- II Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
- III Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- IV Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- V Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- VI Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e
- VII Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio."

8. PARTICIPAÇÃO

- 8.1. A participação no Pregão, na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços e inserção dos respectivos documentos de habilitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados, data e horário limite estabelecido.
- **8.2.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

1	Sistema	Eletrônico	utilizado	para	este	certame	é	0	Portal	de	Compras	Eletrônicas	do	COMPRAS	BR
(<u>k</u>	nttps://com	nprasbr.com	<u>n.br)</u>												

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) ______ 2ª (Requerente) _____ Visto do Jurídico _____



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- 8.3. É vedado ao licitante identificar-se em sua proposta ao lançá-la no sistema ou no decorrer da sessão do pregão, sob pena de desclassificação do licitante.
- **8.3.1.** A desclassificação de que trata o subitem anterior, <u>não ocorrerá nos casos em que for solicitado a inserção de planilhas, fichas técnicas, catálogos ou outros elementos</u>, e esses terem sidos anexados pela licitante sendo fabricante e a marca ofertada sendo o seu nome empresarial.
- 8.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no <u>sistema operacional</u>, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: suporte Campo Grande/MS: (67) 3303-2730 | (67) 3303-2702 Tel. comercial: (67) 3303-2728 ou através do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR ou pelo e-mail contato@comprasbr.com.br.

9. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **9.1.** A presente licitação visa o Registro de Preços para contratações frequentes e de forma parcelada, conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Registro, nos termos do Artigo 3º, I do Decreto nº 7.892 de 23/01/2013, podendo a formalização do contrato se dar na forma do § 4° do art. 62 da Lei Federal 8666/93.
- **9.1.1.** As quantidades estimadas servem apenas como informação aos interessados, e pelo próprio Sistema de Registro de Preços, a Administração não se obrigará a contratar quantidades mínimas.
- **9.1.2.** A Detentora da Ata deverá executar as quantidades solicitadas pelo Órgão Gerenciador, não sendo admitidos faturamentos mínimos.
- **9.2.** Findo o processo licitatório, a Administração não terá obrigatoriedade em contratar.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(======================================	_ (- 1	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **10.1.** As despesas advindas da execução do objeto desta licitação correrão por conta do(s) crédito(s) orçamentário(s) sob a(s) classificação(ões) funcional(is) programática(s) e categoria econômica abaixo discriminadas: 3.3.90.39.
- **10.2.** A ficha orçamentária será indicada conforme disponibilidade das Secretarias requisitantes.

11. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E ESCLARECIMENTOS

- 11.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do pregão e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, devendo ser observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 11.2. A pretensão referida no subitem 11.1 será formalizada por meio de requerimento endereçado à Secretaria Municipal de Administração, o qual deverá ser encaminhado preferencialmente através do site do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR, em https://comprasbr.com.br; ou e-mail material@registro.sp.gov.br; ou ainda, protocolado na Secretaria Municipal de Administração, situada à Rua José Antônio de Campos, 250 Centro Registro/SP CEP 11900-000, nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.
- **11.3.** As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal. O telefone para contato é **(13) 3828-1056**.
- **11.4.** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 11.4.1. Os esclarecimentos passarão a integrar os autos do PREGÃO.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(_ (- 1	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- **11.5.** A resposta será encaminhada ao interessado pelo mesmo meio da apresentação do seu pedido.
- **11.5.1.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- **12.1.** Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- **12.2.** Não serão reconhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 12.3. As medidas referidas no subitem 12.1 poderão ser formalizada por meio de requerimento endereçado à Secretaria Municipal de Administração, o qual deverá ser encaminhado preferencialmente através do site do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR, em https://comprasbr.com.br; ou email material@registro.sp.gov.br; ou ainda, protocolado na Secretaria Municipal de Administração, situada à Rua José Antônio de Campos, 250 Centro Registro/SP CEP 11900-000, nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.
- 12.4. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação, que além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do PREGÃO.
- **12.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

Dubuico 48 (Coo de Administracão)	23 (Damierata)	Vista da lunidias
Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

12.5. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação, desde que impliquem em modificação do ato convocatório do PREGÃO, além da alteração decorrente, resultará na designação de nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração no edital não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

13. <u>APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO LICITANTE</u>

- 13.1. Após a divulgação do edital, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico disponível no endereço https://comprasbr.com.br, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital (item 15), proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- **13.1.1.** A etapa de que trata o **subitem 13.1** será encerrada com a abertura da sessão pública.
- **13.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no **subitem 13.1**, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha (observar **item 7** do Edital).
- **13.2.1.** Os licitantes deverão anexar os documentos de habilitação em campo próprio disponível no sistema.
- **13.3.** O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.
- **13.4.** A falsidade da declaração de que trata o **subitem 13.3** sujeitará o licitante às sanções previstas no **item 30**.
- **13.5.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

	Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	------------------------------------	-----------------	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- **13.6.** Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 13.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 13.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, conforme subitem 17.8.
- **13.9.** O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa, conforme disposto no preâmbulo deste edital.
- **13.10.** A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- **13.11.** Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.
- **13.12.** O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

14. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

14.1. O registro de proposta no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento, aceitação e atendimento das condições do Edital, inclusive com relação às quantidades, aos prazos, forma de execução dos serviços, forma de apresentação de declarações e documentos de habilitação.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (I	Requerente)	Visto do Jurídico
--	-------------	-------------------



- **14.1.1.** A licitante deverá observar os descritivos dos itens, constante deste edital e seus anexos, bem como as cláusulas presentes neste instrumento. A apresentação de proposta subentende que o licitante observou os descritivos e que cumpre plenamente as exigências do edital e seus anexos, não podendo alegar desconhecimento dessas disposições.
- **14.1.2.** Cabe ao licitante se inteirar dos dados indispensáveis a apresentação da proposta, sendo que os preços a serem propostos deverão cobrir quaisquer despesas que incidam ou venham incidir sobre a execução do objeto deste certame ou quaisquer dificuldades inerentes e/ou localização geográfica.
- 14.1.3. Nos preços deverão estar incluídos todos os custos necessários à execução dos serviços licitados na forma estabelecida na Ata de Registro de Preços, incluindo todos os tributos incidentes, taxas ou despesas adicionais, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, emolumentos, fretes, seguros, deslocamento e riscos de entrega (quando for o caso), transporte, carga, descarga, empilhamento e embalagem, instalação e aplicação, quando for o caso, além de outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo final dos serviços.
- **14.1.4.** Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- **14.1.5.** Todas as despesas, ocorrências e riscos envolvendo os profissionais da contratada, durante a execução dos serviços e/ou motivados por esta, são de inteira responsabilidade da contratada.
- **14.1.6.** A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita execução do objeto desta licitação será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.
- **14.1.7.** A inclusão de outras condições de pagamento não previstas neste Edital não será considerada para qualquer fim.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- **14.2.** O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 14.2.1. Os licitantes deverão ofertar preços de mercado para os serviços, sendo opcional à Administração verificar por meio de diligências, eventuais superfaturamentos ou discrepâncias nos preços obtidos na licitação e desclassificar as propostas inadequadas.
- 14.3. No preenchimento da proposta eletrônica a empresa deverá apresentar os preços unitários (com no máximo 02 (duas) casas decimais após a virgula), e totais para os serviços ofertados, e ao final o valor total. Não há necessidade de apresentação de outros dados como marca, por exemplo. A não inserção destas informações neste campo implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.
- **14.3.1.** O campo "marca", poderá ser preenchido com uma das seguintes informações: "Serviço", "Marca Própria" ou "Não se Aplica", <u>sendo vedada a identificação do participante.</u>
- **14.3.2.** Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista para os itens deste Edital.
- **14.4.** O objeto deverá estar totalmente e estritamente dentro das especificações mínimas contidas no **ANEXO I.**
- **14.5.** A validade da proposta será de <u>60 (sessenta) dias</u>, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- **14.6.** Ficará sujeita à aplicação das penalidades, a licitante que deixar de apresentar os documentos solicitados neste edital, ou apresentá-los de forma defeituosa, desde que constatada a má fé.
- **14.7.** O não atendimento das especificações contidas neste edital acarretará na desclassificação da proposta.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,		



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

15. DA HABILITAÇÃO

- 15.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da melhor oferta, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/);
- b) Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (www4.tce.sp.gov.br/publicacoes/apenados/apenados.shtm);
- 15.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- **15.1.2.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, será diligenciado para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas.
- **15.1.3.** A tentativa de fraude será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- **15.1.4.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- **15.1.5.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante **INABILITADO**, por falta de condição de participação.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

15.2. O Pregoeiro examinará os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** <u>anexados</u> <u>pela detentora da melhor oferta em campo próprio</u>, sendo estes os seguintes:

15.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédula de identidade;
- **b)** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

15.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, dentro do prazo de validade;
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,	- ' ' '	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante – Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais (MOBILIÁRIOS), dentro do prazo de validade;
- e) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, do "CRF" – Certificado de Regularidade do FGTS expedido pela Caixa Econômica Federal, Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débito dentro do prazo de validade;
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) – expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, com data de validade de no máximo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua expedição.

15.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de pedido de recuperação judicial, concordata ou falência, expedida pelo distribuidor da sede do(a) proponente, ou execução patrimonial, expedida no domicílio do(a) licitante;
- **a.1)** Para empresas que estejam em processo de recuperação judicial, estas deverão apresentar, o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital, conforme Súmula nº 50 do TCSP.

SÚMULA Nº 50 – "Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital."

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

15.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/OPERACIONAL:

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível ou similar, com o objeto da licitação, que deverá ser apresentada através de no mínimo 01 (uma) certidão ou atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços semelhantes às licitadas.

15.2.5. DECLARAÇÕES

- a) Termo de opção e Declaração para microempresa e empresa de pequeno porte assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei, conforme modelo do **ANEXO II**, caso o(a) proponente pretenda usufruir do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014;
- a.1) A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas em Lei, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação do licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação;
- a.2) A falta de apresentação da declaração exigida no **subitem 15.2.5 alínea a)** ou sua imperfeição, não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06;
- **b) DECLARAÇÃO CONJUNTA** (Conforme modelo do **ANEXO III**) abrangendo as seguintes informações:
- Declaração que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;
- Declaração da licitante que não possui no seu quadro de funcionários, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, conforme preceitua o inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal c/c o inciso V do artigo 27, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

Nubilica i " (Sec. de Administracao) — — — Z " (Neddelente) — — Visto do Jundico	Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	------------------------------------	-----------------	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- Declaração da licitante assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer esfera do Governo;
- Declaração da licitante de conhecimento das informações e que aceita todas as condições do Edital, para cumprimento das obrigações do objeto da licitação;
- Declaração da licitante que não possui servidor público municipal no quadro societário da empresa;
- Indicação do responsável que assinará a Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação, com a qualificação completa e cargo que ocupa ou ocupam na empresa, nº do CPF e, se procurador o instrumento de mandato. Indicação dos dados bancários da empresa (banco, agência e conta corrente).
- Declaração da licitante que caso vencedora, a empresa reúne condições de apresentar na assinatura da Ata de Registro de Preços, a cópia do Alvará de Funcionamento expedido pela Secretaria de Fazenda e Orçamento deste município, dentro do prazo de validade.

15.3. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- **15.3.1.** Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
- **15.3.2.** O Pregoeiro ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta na Internet junto aos **sites** dos órgãos expedidores a fim de verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico, devendo para todos os fins, constar as chaves de autenticação para que se possa verificar a autenticidade dos mesmos.
- **15.3.3.** Todos os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante e preferencialmente com o número do CNPJ e endereço respectivo, salvo aqueles legalmente permitidos.
- **15.3.4.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.
- **15.3.5.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data da abertura da sessão pública virtual.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(



- 15.3.6. Os documentos deverão, se possível, ser apresentados ordenadamente, numerados sequencialmente por subitem da habilitação, de modo a facilitar sua análise.
- 15.3.7. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
- 15.3.8. A entrega de documento de habilitação que apresente falha não sanável na sessão acarretará a INABILITAÇÃO do licitante, exceto quanto à documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, quando se aplicará o disposto no subitem 15.3.9 deste edital.
- 15.3.9. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e ou trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 15.3.9.1. Havendo alguma restrição quanto a regularidade fiscal e ou trabalhista, à microempresa ou empresa de pequeno porte será concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, sendo este prazo prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. Estas certidões deverão ser apresentadas em formato digital, via sistema.
- **15.3.9.2.** A não regularização fiscal e ou trabalhista no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos do art. 4º, inciso XXIII da Lei nº 10.520/02 ou revogar a licitação (LC nº 123/06, art. 43, § 2º).

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
, ,	\ ,	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

15.3.10. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, conforme **subitem 17.8.**

16. <u>ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES</u>

- **16.1.** A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas.
- 16.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou legislação em vigor, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- **16.2.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- **16.2.2.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- **16.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- **16.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- **16.5.** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,	\ ,	



- 16.6. Os lances deverão ser formulados em campo próprio, sobre os valores unitários, distintos e decrescentes. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- **16.6.1.** Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao seu último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 16.6.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de R\$ 0,05 (cinco centavos).
- **16.6.3.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- **16.6.4.** Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 16.7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 16.8. O Pregoeiro disponibilizará os itens para disputa, em blocos de 05 (cinco), os quais terão etapa de lances com duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 16.8.1. A prorrogação automática da etapa de lances de que trata o subitem 16.8, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- **16.8.2.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos **subitens 16.8 e 16.8.1**, a etapa de lances encerrar-se-á automaticamente.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico



- 16.9. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- **16.10.** Não serão aceitas propostas com preços superiores aos máximos estimados pela Municipalidade.
- **16.10.1.** O descumprimento do disposto no **subitem 16.10** implicará a não contratação.
- **16.11.** Fica a critério do **PREGOEIRO** a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante.
- 16.11.1. No caso da proposta ser <u>cadastrada</u> erroneamente, tal valor não poderá ser corrigido após o término do cadastro, ficando a critério do **PREGOEIRO**, proceder à **desclassificação** da licitante para o item e/ou proposta.
- 16.12. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema <u>não identificará o autor dos lances</u> aos demais participantes. O sistema permite o registro de lances que sejam superiores ao menor valor, que ficarão registrados em ordem decrescente de valor.
- 16.13. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- **16.14.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 16.15. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo PREGOEIRO acerca da aceitação do lance de menor valor.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
-----------------------------------	-------------------	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- **16.16.** Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.
- 16.17. As licitantes que deixarem de dar seus lances, terão suas propostas analisadas pelo PREGOEIRO, para verificar se estão em conformidade com os preços e custos estimados para a contratação.

17. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 17.1. Para julgamento será adotado o critério do MENOR PREÇO UNITÁRIO.
- 17.2. Em relação à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para fins de aplicação do disposto nos art. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 17.2.1. Nas condições do subitem 17.2, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 17.2.2. A microempresa e empresa de pequeno de porte melhor classificada nos termos do subitem 17.2.1 terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- 17.2.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 17.2.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 17.2.1, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 17.3. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese (subitens 17.2 à 17.2.4), o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- a) Produzidos no País;
- **b)** Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- **17.3.1.** Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36 do Decreto Federal nº 10.024/2019, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.
- **17.3.2.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- 17.4. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.
- **17.4.1.** A negociação do **subitem 17.4** será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 17.5. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019 e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no item 15.
- **17.6.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado.
- 17.6.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- **17.7.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 17.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2a (Requerente)	Visto do Jurídico
(,	= (110 que en 110)	



- **17.8.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **04 (quatro) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- **17.8.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação devidamente justificada do licitante, formulada antes do final do prazo e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 17.8.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço ou do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de declarações, catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- **17.9.** Após negociação e aceitação da melhor oferta pelo Pregoeiro, será procedido à abertura dos documentos relativos à Habilitação (conforme **item 15** deste edital) do(s) autor(es) da proposta ou lance de menor preço.
- **17.9.1.** Os documentos relativos à Habilitação que trata o **subitem 17.9** <u>serão os anexados pelo licitante no momento do cadastramento de sua proposta, conforme **subitem 13.1.**</u>
- 17.9.2. A não apresentação dos documentos que trata o subitem 17.9 ou sua apresentação de forma defeituosa, ensejará na INABILITAÇÃO (na hipótese de impossibilidade de saneamento) do licitante e possível aplicação de penalidade, observado o disposto no item 30.
- 17.9.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, observado o prazo disposto no subitem 17.8.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,	\ ,	



- 17.9.3.1. Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação, edital e/ou Pregoeiro exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo fixado no subitem 17.8., com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.
- **17.9.4.** A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 17.9.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 17.9.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 17.9.5, e análise dos documentos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, e somente será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 17.10. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências dos documentos de Habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Nesta etapa o PREGOEIRO poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.
- **17.10.1.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
------------------------------------	-----------------	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- 17.11. Após atendimento aos documentos de Habilitação, a empresa detentora da melhor oferta será declarada vencedora, e o Pregoeiro, se for o caso, poderá solicitar documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- **17.12.** Encerrada a sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

18. <u>DOS RECURSOS</u>

- **18.1.** Não serão reconhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 18.2. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte quando for o caso, o Pregoeiro informará via "chat" a data de abertura para que qualquer licitante manifeste a intenção de interpor recursos de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos. Os proponentes poderão manifestar suas motivações a partir da data e horário informados pelo Pregoeiro pelo prazo de até 15 (quinze) minutos em campo próprio do sistema.
- **18.3.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- **18.3.1.** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- **18.3.2.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- 18.4. Uma vez admitido o recurso será concedido ao recorrente o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões, pelo sistema eletrônico, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para, se desejarem, apresentar contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- **18.5.** Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o **PREGOEIRO** examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente para decisão.
- **18.6.** O recurso terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19. DA ADJUDICAÇÃO

- 19.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte do(a)(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo ao PREGOEIRO adjudicar o(s) objeto(s) do certame ao(s)(às) proponente(s) vencedor(es)(as).
- **19.1.1.** Neste caso, o Pregoeiro encaminhará o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 17. do Decreto Federal nº 10.024/2019.
- **19.2.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do caput do art. 13 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

20. HOMOLOGAÇÃO

20.1. Compete à autoridade competente homologar o **PREGÃO**.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
rabilità i (ess. de railimistração)		



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

20.2. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação do(a)(s) proponente(s) adjudicatário(a)(s) para assinar a Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação, respeitada a validade de sua(s) proposta(s).

21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 21.1. A licitante vencedora do certame deverá estar localizada no perímetro urbano do Município de Registro/SP.
- 21.1.1 A licitante que não for sediada neste município, após ser oficiada, terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para instalação e devido funcionamento.
- 21.2. Após a homologação e como condição para elaboração da Ata de Registro de Preços, a Prefeitura convocará a adjudicatária para que <u>num prazo de até 05</u> (cinco) dias úteis apresente o seguinte documento:
- a) Cópia do Alvará de Funcionamento expedido pela Secretaria de Fazenda e Orçamento deste município, dentro do prazo de validade.
- **21.2.1.** O documento citado no **subitem 21.2 alínea "a"**, será analisado pela Comissão designada para a licitação, sendo emitido parecer favorável em caso de atendimento às exigências do Edital.
- 21.2.2. O descumprimento do subitem 21.2 alíneas "a", obrigará esta Prefeitura a não elaborar a Ata de Registro de Preços, ficando a adjudicatária sujeita à aplicação das penalidades previstas no item 30.
- **21.3.** Após atendimento às exigências do **subitem 21.2**, os itens objeto deste **PREGÃO** serão registrados em Ata de Registro de Preços e contratados consoante às regras próprias do Sistema.

	Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico
--	------------------------------------	-----------------------------	-------------------



- **21.3.1.** No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação que estará sujeito à remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme Instrução nº 002/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- 21.4. Será enviada a Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação (conforme respectivas Minutas constantes nos ANEXO IV e ANEXO V) em formato PDF, à proponente adjudicatária através do e-mail contido no cadastro de dados do Sistema do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR.
- 21.5. A Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação deverão ser impressos em 03 (três) vias de igual conteúdo, rubricadas em todas as suas páginas, com exceção da última, que deverá ser assinada pelo representante legal indicado.
- 21.5.1. Após assinatura, a Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação deverão ser postados via Correios, através de carta registrada, dentro do prazo de até 03 (três) dias úteis após o recebimento do e-mail. O endereço para postagem é: Prefeitura Municipal de Registro Secretaria Municipal de Administração Licitações Rua José Antônio de Campos nº 250 Centro CEP: 11.900-000 Registro/SP.
- **21.5.1.1.** O prazo para postagem poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.
- **21.5.1.2.** Este prazo refere-se somente à postagem, excluindo o prazo de entrega da correspondência, já que este varia conforme a região em que está sediada a empresa.
- **21.5.2.** A Prefeitura Municipal de Registro, por sua vez, colherá as assinaturas restantes, e, após, enviará a via da Detentora da Ata para o endereço indicado.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2a (Requerente)	Visto do Jurídico



- **21.5.3.** O não envio da Ata de Registro de Preço à Prefeitura Municipal de Registro dentro do prazo estabelecido ensejará na aplicação das penalidades previstas neste edital como recusa injustificada para assinatura.
- **21.5.4.** Alegações como extravio deverão ser comprovadas através do A.R. emitido pela agência dos Correios.
- 21.6. Para a assinatura da Ata de Registro de Preços e para as eventuais contratações, a Detentora da Ata deverá estar regular perante à Previdência Social e FGTS, podendo, para tanto, a Administração verificar, por meio da internet, a regularidade com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) ou Situação de Regularidade do Empregador e Fazenda Nacional.
- **21.6.1.** A Detentora da Ata deverá manter as condições de habilitação consignadas no edital, durante a vigência da Ata de registro de preços.
- 21.6.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preços nas mesmas condições de sua oferta, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o item 30 e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, observada a ampla defesa e o contraditório.
- 21.7. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio da emissão da nota de empenho.
- 21.8. As Notas de Empenhos serão enviadas à Detentora da Ata por e-mail, caso haja interesse na retirada das Notas de Empenhos originais, a proponente adjudicatária deverá indicar o representante legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes e retirar na Secretaria solicitante.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- 21.9. A recusa injustificada de assinar a Ata de Registro de Preços ou aceitar o instrumento equivalente dela decorrente, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte do proponente adjudicatário, sujeitando-os às sanções previstas no item 30.
- **21.10.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 21.10.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 21.10.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO deverá:
- Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- **b)** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido:
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 21.10.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO poderá:
- Acatar pedido de reajuste dos preços, mediante aprovação do requerimento devidamente acompanhado das devidas comprovações, observadas as condições do Art. 65 da 8.666/93;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	
--	--



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- b) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução; e
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 21.10.4. Não havendo êxito nas negociações, a PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO deverá proceder à revogação da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 21.10.5. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições da Ata de Registro de Preços, bem como nos casos que a sua utilização se mostrar antieconômica ou o objeto desnecessário.

22. DA VIGÊNCIA

22.1. O Registro de Preços terá validade de 12 (Doze) meses. A vigência da Ata de Registro de Preços ficará condicionada à data da sua assinatura e à validade do presente Registro de Preços, durante o qual o ÓRGÃO GERENCIADOR não será obrigado a contratar o objeto exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos ao DETENTOR DA ATA, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

23. <u>DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS</u> SERVIÇOS

23.1.	As notas de empenho ser					emitidas	conforme	as	necessidades	das
	Secretarias Municipais.									

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- 23.1.1. A execução dos serviços, cujos preços serão registrados pelo presente procedimento, deverá ser realizado mediante apresentação da Nota de Empenho/Nota de Empenho Parcial expedida pela Prefeitura Municipal de Registro.
- 23.2. A entrega dos veículos será de responsabilidade da Detentora da Ata. Devendo os veículos lavados serem entregues no prazo de 01 (um) dia.
- 23.3. Os serviços deverão ser executados conforme especificações do ANEXO I.
- 23.4. Fica a Detentora da Ata de Registro de Preços ciente, de executar os serviços nas quantidades solicitadas e no prazo estabelecido. Sendo os serviços executados por funcionários da empresa contratada no(s) local(is) indicado(s) e nos horários estipulados, correndo por conta da Detentora da Ata as despesas inerentes aos serviços.
- 23.5. Fica reservado à Detentora da Ata o direito de não aceitar os serviços, caso os mesmos não se encontrem em condições satisfatórias. Devendo a empresa vencedora responsabilizar-se exatidão dos serviços, conforme condições deste edital.
- **23.6.** As despesas com todos os materiais e equipamentos necessários a execução dos serviços, será de responsabilidade da contratada, sem ônus ao órgão gerenciador.

24. <u>DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO</u>

24.1. O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da DETENTORA DA ATA e o presente Edital e seus anexos, podendo a PREFEITURA, em seu exclusivo entendimento, determinar a substituição, assim também, como sua complementação, caso não estejam em números efetivamente contratados. O objeto deverá ser executado, no local e endereço indicado, de acordo com o item 23 deste Edital.

Nubilica i " (Sec. de Administracao) — — — Z " (Neddelente) — — Visto do Jundico	Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	------------------------------------	-----------------	-------------------



- **24.2.** Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações do edital, superando a fase de fiscalização.
- **24.2.1.** Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de **01 (um) dia**, inclusive, após o recebimento provisório, a **PREFEITURA** não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo.
- 24.2.2. A comprovação do recebimento definitivo se fará mediante assinatura do funcionário responsável no verso da Nota Fiscal, que posteriormente deverá encaminhá-la para pagamento junto a Secretaria de Fazenda e Orçamento. Constatada irregularidade, a empresa será notificada para regularização, e a nota fiscal será devolvida à Contratada.
- 24.3. Não obstante o fato do Detentor da Ata ser o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços, objeto desta licitação, a Secretaria Municipal requisitante, através dos seus Secretários ou pessoas responsáveis por eles indicados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização da sua execução com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle.
- **24.3.1.** Compete à fiscalização designada pela Prefeitura, entre outras atribuições:
- a) Proceder, em conjunto com o **DETENTOR DA ATA**, a vistoria das instalações e equipamentos, sempre que entender ser necessário;
- b) Intervir nas hipóteses previstas em Lei, na execução dos serviços quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento da Ata e das normas legais pertinentes;
- c) Fiscalizar os trabalhos a serem desenvolvidos pelo **DETENTOR DA ATA**. Solicitar a qualquer momento informações que suponham relevantes;
- d) Solicitar a qualquer momento ao DETENTOR DA ATA, por escrito, a substituição de qualquer de seus profissionais alocados na execução do serviço;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	------------------------------------	-----------------	-------------------



- e) Incorporar modificações nas especificações técnicas, mediante entendimento prévio e comunicação escrita dirigida ao **DETENTOR DA ATA**;
- f) Exercer rigoroso controle do cumprimento da Ata de Registro de Preços, em especial quanto à quantidade e qualidade dos serviços executados, fazendo cumprir todas as disposições de Lei, do presente edital e na respectiva Ata;
- g) Ordenar à licitante vencedora corrigir ou refazer as partes dos serviços que apresentarem imperfeições ou em desacordo com as especificações;
- h) Encaminhar à Prefeitura o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à licitante vencedora.
- **24.3.2.** A ação da fiscalização não exime a licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.
- 24.3.3. O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da DETENTORA DA ATA o custo das providências quanto à sua retirada e/ou substituição em prazo fixado pela PREFEITURA, sendo que, no bem/serviço substituído, será realizada a mesma fiscalização.
- 24.3.4. A recusa do objeto no processo de fiscalização, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado. Ocorrendo tal interrupção, independentemente do número de vezes que o objeto for recusado no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição.
- 24.4. O uso pela PREFEITURA de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a PREFEITURA efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a DETENTORA DA ATA das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto.

Nubilica i " (Sec. de Administracao) — — Z " (Neddelente) — — Visto do Jundico	Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	------------------------------------	-----------------	-------------------



- 24.5. O recebimento definitivo n\u00e3o implica na falta de responsabiliza\u00e7\u00e3o da DETENTORA DA ATA pelos preju\u00e1zos que o servi\u00e7o prestado venha causar a PREFEITURA OU A TERCEIROS.
- 24.6. A PREFEITURA se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução da Ata de Registro de Preços, arcando a DETENTORA DA ATA com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da PREFEITURA.
- 24.7. O recebimento pela PREFEITURA, provisório ou definitivo do objeto licitado, não exclui ou isenta a DETENTORA DA ATA da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.
- **24.8.** A Administração poderá obrigar a Detentora da Ata a corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da Ata, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos produtos contratados.
- **24.9.** Constatadas irregularidades no objeto contratual, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:
- Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) Na hipótese de substituição/refazimento, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo de 01 (um) dia, contado da notificação por escrito e/ou contato telefônico, mantido o preço inicialmente contratado;
- c) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

d) Na hipótese de complementação, a CONTRATANTE deverá fazê-la em conformidade com a indicação da CONTRATADA, no prazo de 01 (um) dia, contado da notificação por escrito e/ou contato telefônico, mantido o preço inicialmente contratado.

25. DA GARANTIA

- **25.1.** O objeto do presente processo tem garantia quanto a vícios ocultos e aparentes ou defeitos da coisa, devendo o licitante vencedor eliminá-los às próprias expensas, sob pena de incidir em inexecução contratual. Ficando responsável por todos os encargos decorrentes disso.
- 25.2. Nos termos do art. 3° combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).
- **25.3.** No que couber, aplica-se a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 Código de Defesa do Consumidor.

26. <u>DA FORMA DE PAGAMENTO</u>

- 26.1. Após a Fiscalização dos serviços, a Secretaria interessada entrará em contato com a Contratada para que seja emitida a Nota Fiscal/Fatura que deverá ser entregue na referida Secretaria. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.
- 26.1.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Nota de Empenho/Nota de Empenho Parcial.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- 26.2. O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado conforme cronograma da Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento (ANEXO VI), desde que a referida fatura seja entregue na Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento, devidamente atestada pela Secretaria solicitante.
- **26.2.1.** As datas relacionadas no **ANEXO VI** poderão sofrer alterações, podendo ocorrer antecipações ou atrasos de acordo com cada mês.
- **26.3.** A Contratada não poderá protocolizar a Nota Fiscal/ Fatura antes do recebimento do objeto por parte da Contratante.
- **26.4.** As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá obedecendo ao cronograma acima citado.
- **26.5.** Caso o dia do pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

27. <u>DO CRITÉRIO DE REAJUSTE</u>

27.1. O preço registrado não será objeto de atualização monetária ou reajustamento de preços, nos termos da Lei Federal nº 8.840/94 e somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93 e ulteriores alterações.

28. <u>DA DISPENSA DE GARANTIA</u>

28.1. Não será exigida a prestação de garantia, para participação no presente **PREGÃO**.

29. <u>DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES</u>

29.1. DOS DIREITOS

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	
--	--



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

29.1.1. Constituem direitos do **ÓRGÃO GERENCIADOR** receber o objeto nas condições avençadas e do **DETENTOR DA ATA** perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

29.2. DAS OBRIGAÇÕES

- 29.2.1. Constituem obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:
- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar ao DETENTOR DA ATA as condições necessárias à regular execução da Ata de Registro de Preços;
- c) Prestar ao DETENTOR DA ATA todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços;
- d) Notificar por escrito à DETENTORA DA ATA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- e) Comunicar ao **DETENTOR DA ATA**, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento;
- f) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- **g)** Fornecer Atestados de Capacidade Técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.
- **29.2.2.** Constituem obrigações do **DETENTOR DA ATA**:
- a) Executar o objeto desta licitação de acordo com as especificações e condições do Edital de licitação e ANEXO I, responsabilizando-se pela exatidão da execução dos serviços, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,	\ ,	



- b) Prestar garantia pelo prazo ofertado na proposta, a partir do termo de aceite, dos serviços, durante o qual correrão por sua conta todas as despesas de qualquer natureza;
- c) Prover o adequado transporte de acordo com as legislações vigentes;
- d) Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Apresentar durante a execução da Ata de Registro de Preços, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto as obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- g) Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR no prazo de 48 (quarenta e oito) horas qualquer ocorrência anormal, que impeça a execução dos serviços;
- h) Cumprir todas as orientações do **ÓRGÃO GERENCIADOR** para o fiel cumprimento do objeto licitado;
- i) Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata de Registro de Preços para terceiros. A Prefeitura não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do **DETENTOR DA ATA** para outros.
- j) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações, caso ocorram;
- **k)** Obedecer aos prazos estipulados e as quantidades solicitadas, e cumprir todas as exigências constantes no edital e Ata de Registro de Preços;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
Trabilità i (Oco. de Maillilliotragae)	Z (Roquerente)	violo do daridido



- Arcar com todos os custos de reposição ou refazimento nos casos em que os serviços não tenham sido satisfatórios ou não atenderem as condições editalícias;
- **m)** Arcar com todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre a prestação dos serviços;
- n) A DETENTORA DA ATA assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou a terceiros na execução desta Ata de Registro de Preços;
- o) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Prefeitura ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- P) Reconhecer por este instrumento que é única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que possam causar à prefeitura ou a terceiros, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a prefeitura, os respectivos ressarcimentos ou indenizações, nos termos do Código Civil Brasileiro e legislação pertinente;
- q) Adequar-se a todas as exigências impostas pelos órgãos governamentais responsáveis pela segurança, higiene e medicina do trabalho, inclusive fornecendo a seus funcionários uniformes, equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva (EPC's) adequados à execução dos serviços e de acordo com as normas de segurança vigentes;
- r) Os direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução da presente Ata de Registro de Preços, são de cumprimento e responsabilidade exclusiva da DETENTORA DA ATA;

Nubilica i " (Sec. de Administracao) — — Z " (Neddelente) — — Visto do Jundico	Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	------------------------------------	-----------------	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

30. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **30.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- a) Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Fazer declaração falsa;
- **e)** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- f) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- g) Não mantiver a proposta;
- h) Cometer fraude fiscal;
- i) Comportar-se de modo inidôneo.
- **30.2.** Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93 e a apresentação, quando for o caso, de amostra falsificada ou deteriorada.
- 30.3. Também se considera comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- **30.4.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico



- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- **d)** Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento, pelo prazo de até cinco anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- **30.5.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 30.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- **30.7.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- **30.8.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

30.9. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta do contrato anexa a este Edital

31. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **31.1.** O **DETENTOR DA ATA** terá seu registro cancelado quando:
- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- c) Tiver presentes razões de interesse público.
- **31.2.** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 31.3. O DETENTOR DA ATA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.
- 31.4. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser rescindida de pleno direito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:
- Inexecução parcial ou total da Ata de Registro de Preços;
- **b)** Inobservância de dispositivos legais;
- c) Dissolução de empresa Contratada;
- d) Nos demais casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- **31.5.** Nos casos de rescisão previstos em Lei, quando couber, a parte inadimplente será responsável pelo ressarcimento, a outra, dos eventuais prejuízos decorrentes da rescisão.
- **31.6.** Por ato unilateral do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, quando ocorrer o não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas da Ata de Registro de Preços, especificações técnicas, projetos ou prazos, tal como:
- a) Descumprimento do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93 sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- b) Lentidão do seu cumprimento, levando o ÓRGÃO GERENCIADOR a comprovar a impossibilidade da conclusão da execução dos serviços, nos prazos estipulados;
- c) Atraso injustificado na execução dos serviços;
- d) Paralisação da execução dos serviços e fornecimento dos produtos, sem justa causa e prévia comunicação ao ÓRGÃO GERENCIADOR;
- e) Subcontratação total ou parcial do objeto da Ata de Registro de Preços, ou associação do DETENTOR DA ATA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência do ÓRGÃO GERENCIADOR.

32. <u>DISPOSIÇÕES GERAIS</u>

32.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

Nubilica i " (Sec. de Administracao) — — Z " (Neddelente) — — Visto do Jundico	Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	------------------------------------	-----------------	-------------------



- 32.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste PREGÃO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.
- **32.3.** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.
- **32.4.** O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação.
- **32.5.** (O)(s) proponente(s) assume(m) o(s) custo(s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado do **PREGÃO.**
- **32.6.** A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da(o) proponente, das condições previstas neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**.
- **32.7.** O(s) proponente(s) é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do **PREGÃO**.
- **32.8.** A adjudicação do(s) item(s) deste **PREGÃO** não implicará em direito à contratação.
- **32.9.** Ao **PREGOEIRO** ou autoridade superior é facultada, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (I	Requerente)	Visto do Jurídico
--	-------------	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- **32.10.** Este Edital e seus Anexos, bem como a(s) proposta(s) do(s) proponente(s) adjudicatária(o)(s), farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.
- **32.11.** Os casos omissos neste **EDITAL DE PREGÃO** serão solucionados pelo **PREGOEIRO**, com base na legislação vigente.
- 32.12. O resultado do presente certame e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Município Diário Eletrônico em www.registro.sp.gov.br e divulgados no site Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR https://comprasbr.com.br.
- 32.13. É de inteira responsabilidade das empresas licitantes o acompanhamento dos esclarecimentos/adendos/erratas ou quaisquer outras informações acerca da presente licitação, dos quais serão disponibilizados no site do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR https://comprasbr.com.br.
- **32.14.** O Foro da Comarca de Registro/SP, será o competente para dirimir as controvérsias advindas do cumprimento da presente licitação.
- **32.15.** Integram o presente Edital:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP;

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA;

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO V - MINUTA DO TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO;

ANEXO VI - CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS 2020.

Registro/SP, 13 de outubro de 2020.

ARNALDO MARTINS DOS SANTOS JÚNIOR

Secretário Municipal de Administração

VISTO E APROVADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	Rubrica 1ª (Sec. de Administração) _	2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico
--	--------------------------------------	-----------------	---------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1.1. O objeto do presente termo de referência é o REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGENS AUTOMOTIVAS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP.

2 - ESPECIFICAÇÃO DETALHADA E VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

- 2.1. O valor estimado para o certame tem caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno, conforme Artigo 15 do Decreto Federal nº 10.024/2019. Os valores médios foram obtidos através de pesquisa de preços, constante nos autos do processo administrativo nº 171/2020.
- 2.2. Os serviços a serem contratados deverão satisfazer as especificações mínimas abaixo descritas, e serem executadas nas quantidades solicitadas pela Secretaria interessada. A Administração Municipal não tem obrigatoriedade de contratar quantidades mínimas, devendo a contratada fornecer as quantidades a ela contratada.
- **2.3.** Segue abaixo as especificações detalhadas dos itens a serem licitados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QNT.
1	039.19.00857 - CARRETA REBOQUE AUTOMOTIVA - SERVIÇO DE LAVAGEM AUTOMOTIVA, APLICAÇÃO DE SHAMPOO AUTOMOTIVO NEUTRO NA CARRETA, LAVAGEM INTERNA DOS PARA LAMAS E PARTE DE BAIXO COM APLICAÇÃO DE DESENGRAXANTE ALCALINO BIODEGRADAVEL, APLICAÇÃO DE LIMPA PNEUS.	SV	26

	Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico
--	------------------------------------	-----------------------------	-------------------



2	039.19.00856 - MOTOCICLETA - SERVIÇO DE LAVAGEM PARA MOTOCICLETA APLICAÇÃO DE SHAMPOO AUTOMOTIVO NEUTRO NA LATARIA DO VEÍCULO, LAVAGEM INTERNA DOS PARA LAMAS E PARTE DE BAIXO COM APLICAÇÃO DE DESENGRAXANTE ALCALINO BIODEGRADAVEL, APLICAÇÃO DE LIMPA PNEUS	SV	13
3	039.19.00858 - TRATOR TRAÇADO - SERVIÇO DE LAVAGEM EM TRATOR - APLICAÇÃO DE SHAMPOO AUTOMOTIVO NEUTRO NA LATARIA DO VEÍCULO, LAVAGEM INTERNA DOS PARA LAMAS E PARTE DE BAIXO COM APLICAÇÃO DE DESENGRAXANTE ALCALINO BIODEGRADAVEL, LIMPEZA COMPLETA NO INTERIOR (PAINEL, VOLANTE, MANOPLA DO CÂMBIO, ESTOFADOS).	SV	33
4	039.19.00817 - VEÍCULOS MODELO AMBULÂNCIAS - SERVIÇO DE LAVAGEM AUTOMOTIVA, APLICAÇÃO DE SHAMPOO AUTOMOTIVO NEUTRO NA LATARIA DO VEÍCULO, LAVAGEM INTERNA DOS PARA LAMAS E PARTE DE BAIXO COM APLICAÇÃO DE DESENGRAXANTE ALCALINO BIODEGRADAVEL, LIMPEZA COMPLETA NO INTERIOR (PAINEL, VOLANTE, MANOPLA DO CÂMBIO, PORTAS, CARPETES, ESTOFADOS E PORTA MALA), LAVAGEM DE TODOS OS TAPETES DE BORRACHA, APLICAÇÃO DE LIMPA PNEUS E LIMPEZA DA PARTE INTERNA DO BAU COM SHAMPOO AUTOMOTIVO NEUTRO E APLICAÇÃO COM ALCOOL EM GEL EM TODOS OS EQUIPAMENTOS E COMPARTIMENTOS (TETO, LATERAL, PISO, MACA, ASSENTO)	SV	53
5	039.19.00819 - VEÍCULOS MODELO CAMINHÃO COM CARROCERIA ABERTA OU BAÚ - SERVIÇO DE LAVAGEM AUTOMOTIVA, APLICAÇÃO DE SHAMPOO AUTOMOTIVO NEUTRO NA LATARIA DO VEÍCULO, LAVAGEM INTERNA DOS PARA LAMAS E PARTE DE BAIXO COM APLICAÇÃO DE DESENGRAXANTE ALCALINO BIODEGRADAVEL, LIMPEZA COMPLETA NO INTERIOR (PAINEL, VOLANTE, MANOPLA DO CÂMBIO, PORTAS, CARPETES, ESTOFADOS E PORTA MALA), LAVAGEM DE TODOS OS TAPETES DE BORRACHA, APLICAÇÃO DE LIMPA PNEUS.	SV	40

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	



6	039.19.00818 - VEÍCULOS MODELO CAMIONETES - SERVIÇO DE LAVAGEM AUTOMOTIVA, APLICAÇÃO DE SHAMPOO AUTOMOTIVO NEUTRO NA LATARIA DO VEÍCULO, LAVAGEM INTERNA DOS PARA LAMAS E PARTE DE BAIXO COM APLICAÇÃO DE DESENGRAXANTE ALCALINO BIODEGRADAVEL, LIMPEZA COMPLETA NO INTERIOR (PAINEL, VOLANTE, MANOPLA DO CÂMBIO, PORTAS, CARPETES, ESTOFADOS E PORTA MALA), LAVAGEM DE TODOS OS TAPETES DE BORRACHA, APLICAÇÃO DE LIMPA PNEUS.	SV	40
7	039.19.00809 - VEÍCULOS MODELO HATCH - SERVIÇO DE LAVAGEM AUTOMOTIVA, APLICAÇÃO DE SHAMPOO AUTOMOTIVO NEUTRO NA LATARIA DO VEÍCULO, LAVAGEM INTERNA DOS PARA LAMAS E PARTE DE BAIXO COM APLICAÇÃO DE DESENGRAXANTE ALCALINO BIODEGRADAVEL, LIMPEZA COMPLETA NO INTERIOR (PAINEL, VOLANTE, MANOPLA DO CÂMBIO, PORTAS, CARPETES, ESTOFADOS E PORTA MALA), LAVAGEM DE TODOS OS TAPETES DE BORRACHA, APLICAÇÃO DE LIMPA PNEUS.	SV	462
8	039.19.00815 - VEÍCULOS MODELO MICRO ÔNIBUS - SERVIÇO DE LAVAGEM AUTOMOTIVA, APLICAÇÃO DE SHAMPOO AUTOMOTIVO NEUTRO NA LATARIA DO VEÍCULO, LAVAGEM INTERNA DOS PARA LAMAS E PARTE DE BAIXO COM APLICAÇÃO DE DESENGRAXANTE ALCALINO BIODEGRADAVEL, LIMPEZA COMPLETA NO INTERIOR (PAINEL, VOLANTE, MANOPLA DO CÂMBIO, PORTAS, CARPETES, ESTOFADOS E PORTA MALA), LAVAGEM DE TODOS OS TAPETES DE BORRACHA, APLICAÇÃO DE LIMPA PNEUS.	SV	106
9	039.19.00816 - VEÍCULOS MODELO ÔNIBUS - SERVIÇO DE LAVAGEM AUTOMOTIVA, APLICAÇÃO DE SHAMPOO AUTOMOTIVO NEUTRO NA LATARIA DO VEÍCULO, LAVAGEM INTERNA DOS PARA LAMAS E PARTE DE BAIXO COM APLICAÇÃO DE DESENGRAXANTE ALCALINO BIODEGRADAVEL, LIMPEZA COMPLETA NO INTERIOR (PAINEL, VOLANTE, MANOPLA DO CÂMBIO, PORTAS, CARPETES, ESTOFADOS E PORTA MALA), LAVAGEM DE TODOS OS TAPETES DE BORRACHA, APLICAÇÃO DE LIMPA PNEUS.	SV	106

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	



10	039.19.00813 - VEÍCULOS MODELO PICAPE - SERVIÇO DE LAVAGEM AUTOMOTIVA, APLICAÇÃO DE SHAMPOO AUTOMOTIVO NEUTRO NA LATARIA DO VEÍCULO, LAVAGEM INTERNA DOS PARA LAMAS E PARTE DE BAIXO COM APLICAÇÃO DE DESENGRAXANTE ALCALINO BIODEGRADAVEL, LIMPEZA COMPLETA NO INTERIOR (PAINEL, VOLANTE, MANOPLA DO CÂMBIO, PORTAS, CARPETES, ESTOFADOS E PORTA MALA), LAVAGEM DE TODOS OS TAPETES DE BORRACHA, APLICAÇÃO DE LIMPA PNEUS.	SV	13
11	039.19.00855 - VEÍCULOS MODELO PICAPE MÉDIA - SERVIÇO DE LAVAGEM AUTOMOTIVA, APLICAÇÃO DE SHAMPOO AUTOMOTIVO NEUTRO NA LATARIA DO VEÍCULO, LAVAGEM INTERNA DOS PARA LAMAS E PARTE DE BAIXO COM APLICAÇÃO DE DESENGRAXANTE ALCALINO BIODEGRADAVEL, LIMPEZA COMPLETA NO INTERIOR (PAINEL, VOLANTE, MANOPLA DO CÂMBIO, PORTAS, CARPETES, ESTOFADOS E PORTA MALA), LAVAGEM DE TODOS OS TAPETES DE BORRACHA, APLICAÇÃO DE LIMPA PNEUS.	SV	13
12	039.19.00810 - VEÍCULOS MODELO SEDAN - SERVIÇO DE LAVAGEM AUTOMOTIVA, APLICAÇÃO DE SHAMPOO AUTOMOTIVO NEUTRO NA LATARIA DO VEÍCULO, LAVAGEM INTERNA DOS PARA LAMAS E PARTE DE BAIXO COM APLICAÇÃO DE DESENGRAXANTE ALCALINO BIODEGRADAVEL, LIMPEZA COMPLETA NO INTERIOR (PAINEL, VOLANTE, MANOPLA DO CÂMBIO, PORTAS, CARPETES, ESTOFADOS E PORTA MALA), LAVAGEM DE TODOS OS TAPETES DE BORRACHA, APLICAÇÃO DE LIMPA PNEUS.	SV	211
13	039.19.00812 - VEÍCULOS MODELO STATION WAGON - SERVIÇO DE LAVAGEM AUTOMOTIVA, APLICAÇÃO DE SHAMPOO AUTOMOTIVO NEUTRO NA LATARIA DO VEÍCULO, LAVAGEM INTERNA DOS PARA LAMAS E PARTE DE BAIXO COM APLICAÇÃO DE DESENGRAXANTE ALCALINO BIODEGRADAVEL, LIMPEZA COMPLETA NO INTERIOR (PAINEL, VOLANTE, MANOPLA DO CÂMBIO, PORTAS, CARPETES, ESTOFADOS E PORTA MALA), LAVAGEM DE TODOS OS TAPETES DE BORRACHA, APLICAÇÃO DE LIMPA PNEUS.	SV	26

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	



14	039.19.00811 - VEÍCULOS MODELO UTILITÁRIO - SERVIÇO DE LAVAGEM AUTOMOTIVA, APLICAÇÃO DE SHAMPOO AUTOMOTIVO NEUTRO NA LATARIA DO VEÍCULO, LAVAGEM INTERNA DOS PARA LAMAS E PARTE DE BAIXO COM APLICAÇÃO DE DESENGRAXANTE ALCALINO BIODEGRADAVEL, LIMPEZA COMPLETA NO INTERIOR (PAINEL, VOLANTE, MANOPLA DO CÂMBIO, PORTAS, CARPETES, ESTOFADOS E PORTA MALA), LAVAGEM DE TODOS OS TAPETES DE BORRACHA, APLICAÇÃO DE LIMPA PNEUS.	SV	53
15	039.19.00814 - VEÍCULOS MODELO VAN PARA TRANSPORTE DE PESSOAS E CARGAS - SERVIÇO DE LAVAGEM AUTOMOTIVA, APLICAÇÃO DE SHAMPOO AUTOMOTIVO NEUTRO NA LATARIA DO VEÍCULO, LAVAGEM INTERNA DOS PARA LAMAS E PARTE DE BAIXO COM APLICAÇÃO DE DESENGRAXANTE ALCALINO BIODEGRADAVEL, LIMPEZA COMPLETA NO INTERIOR (PAINEL, VOLANTE, MANOPLA DO CÂMBIO, PORTAS, CARPETES, ESTOFADOS E PORTA MALA), LAVAGEM DE TODOS OS TAPETES DE BORRACHA, APLICAÇÃO DE LIMPA PNEUS.	SV	132



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

ANEXO II- MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO PROCESSO N° 171/2020 PREGÃO ELETRÔNICO N° 089/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGENS AUTOMOTIVAS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP.

SERVIÇOS DE LAVAGENS PERTENCENTES À FROTA MU		•		AOS	VEÍCU	LOS
	(nome (endereço), insc		empresa), CNPJ sob o nº		sede	na
vem através de seu representant parágrafos da Lei Complementar pelo tratamento diferenciado e fa	te legal abaixo a nº 123, de 15 d	assinado le dezen	, com fundame nbro de 2006, r	nto no ar nanifesta	tigo 3º e : r a sua o _l	seus oção
DECLARA ainda, ser:						
[] Microempresa e não haver artigo 3º da Lei Complementar n		npedime	ntos previstos	nos incis	os do § 4	ŀº do
[] Empresa de pequeno porte do § 4º do artigo 3º da Lei Comp			s impedimento	s previsto	os nos inc	isos
Declaro ainda ter conhecimento direito de preferência como crit Eletrônico nº 089/2020 , realizado no decorrer do último mês não mesma incorrido em nenhumas o Complementar 123 de 14 de dez	tério de desem do pela Prefeitu houve o desen das situações p	pate no ra Munic quadran revistas	procedimento cipal de Regist nento de sua o no artigo 3º, § 4	licitatóri ro. Decla condição, 4º, Inciso	o do Pre ro ainda, não tenes I a X, da	e gão que do a a Lei
Por ser verdade	e, firmamos a pr	esente s	sob as penas d	a Lei.		
Em	de		de 2020.			
(assinatura do resp	oonsável pela p	roposta	e carimbo da e	mpresa)		

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) ______ 2ª (Requerente) _____ Visto do Jurídico ___



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO PROCESSO N° 171/2020 PREGÃO ELETRÔNICO N° 089/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGENS AUTOMOTIVAS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP.

- Declaro, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520 / 2002, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, e assumimos inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma, não havendo fato impeditivo à sua habilitação;
- Declaro, com relação ao que se refere o artigo 2º do Decreto nº 42.911, de 6 de março de 1998, que não possuímos no nosso quadro de funcionários, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, conforme preceitua o inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal c/c o inciso V do artigo 27, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
- Declaro a inexistência de fato impeditivo quanto à: participação em licitação e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Registro, nos termos do artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/93 93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02; e participação em licitação ou contratação com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93 (conforme Súmula nº 51 do TCESP);
- Declaro ter conhecimento e aceitar as condições estabelecidas no Edital acima referido para cumprimento das obrigações do objeto da licitação;
- Declaro, sob as penas da lei, que a empresa n\u00e3o possui em seu quadro societ\u00e1rio servidor p\u00edblico municipal da ativa;

Indico que a pessoa responsável para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços Termo de Ciência e Notificação oriundos da presente licitação será: (nome completo	
Portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº e-mail instituciona	
e-mail pessoal:Dados bancários da empresa: Banco Agênc	ia
Declaro que reúno condições de apresentar no ato da assinatura da Ata de Registro de Preço e Termo de Ciência e Notificação: Cópia do Alvará de Funcionamento expedido pe Secretaria de Fazenda e Orçamento deste município, dentro do prazo de validade.	
Registro/SP, de de 2020.	
(assinatura do representante legal e carimbo da empresa)	
	Termo de Ciência e Notificação oriundos da presente licitação será: (nome completo Portador(a) da Carteira de Identidade n° e do CPF n° e-mail instituciona e-mail pessoal:Dados bancários da empresa: Banco Agênc e Conta Corrente Declaro que reúno condições de apresentar no ato da assinatura da Ata de Registro de Preçe e Termo de Ciência e Notificação: <i>Cópia do Alvará de Funcionamento expedido pe Secretaria de Fazenda e Orçamento deste município, dentro do prazo de validade.</i> Registro/SP, de de 2020.

Rubrica 1^a (Sec. de Administração) ______ 2^a (Requerente) _____ Visto do Jurídico _____



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

ANEXO IV- MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2020

Ministério da Faze a neste ato por Pessoas	ÓRGÃO , inscritenda CNPJ/MF senda CNPJ/MF s	sia no Cadastro sob o no sob sob Can ATA; para entado pelo D cando-se, subs no 8.666/1993 ei Complemer B/1990 do Có propostas apre O resultado da li registrar os pregal, que passa a	nto Nacional de Per nto Nacional de Per nto nto Nacional de Per nto	na ssoas lastro nº a na ermos al nº o que ações b, Lei a do regão o gado tação
denominado Ministério da Faze a neste ato por Pessoas loravante denomina a Federal nº 10.02 Lei Federal nº 10.02 Lei Federal nº 10.02 as disposições da Artigos 42, 43, 44 ntar nº 147/2014 or, em face da cla por Registro de Pre o Municipal de Regis informe consta no A	ÓRGÃO , inscritenda CNPJ/MF senda CNPJ/MF s	sia no Cadastro sob o no sob sob Can ATA; para entado pelo D cando-se, subs no 8.666/1993 ei Complemer B/1990 do Có propostas apre O resultado da li registrar os pregal, que passa a	nto Nacional de Per nto Nacional de Per nto nto Nacional de Per nto	na ssoas lastro nº a na ermos al nº o que ações b, Lei a do regão o gado tação
denominado Ministério da Faze a neste ato por Pessoas oravante denomina o Federal nº 10.02 Lei Federal nº 10.02 as disposições da Artigos 42, 43, 44 or, em face da cla por Registro de Pre o Municipal de Regis	ÓRGÃO , , inscritenda CNPJ/MF s Físicas Ado DETENTOR 24/2019 regulam 0.520/2002, aplicate Federal 4, 45 e 46 da L e Lei nº 8.07 assificação das eços n° 089/202 stro, RESOLVE	sia no Cadastro sob o no sob cando-se, subs no 8.666/1993 ei Complemer 8/1990 do Có propostas apre 0 resultado da li registrar os preç	nto Nacional de Per nto Nacional de Per nto nto Nacional de Per nto	na ssoas lastro nº a na ermos al nº o que ações b, Lei a do regão o gado tação
denominado Ministério da Faze a neste ato por Pessoas loravante denomina a Federal nº 10.02 Lei Federal nº 10.02 as disposições da Artigos 42, 43, 44 ntar nº 147/2014 or, em face da cla por Registro de Pre	ÓRGÃO , inscritenda CNPJ/MF senda CNPJ/MF s	size RENCIADOR size no Cadastro sob o no sob (ca DA ATA; para entado pelo D cando-se, subs no 8.666/1993 ei Complement 3/1990 do Có propostas apre 0 resultado da li	nto Nacional de Per nto Nacional de Per nto nto Nacional de Per nto	na ssoas lastro nº a na ermos al nº o que ações b, Lei a do regão
denominado Ministério da Faze a neste ato por Pessoas oravante denomina o Federal nº 10.02 Lei Federal nº 10.02 as disposições da Artigos 42, 43, 44 or, em face da cla	ÓRGÃO G , inscrit- enda CNPJ/MF s Físicas Ado DETENTOR 24/2019 regulam 0.520/2002, aplia a Lei Federal 4, 45 e 46 da L e Lei nº 8.07 assificação das	sierenciador sia no Cadastro sob o nº sob (ca DA ATA; para entado pelo D cando-se, subs nº 8.666/1993 ei Complemer 8/1990 do Có propostas apre	nto Nacional de Per nto Nacional de Per nto nto Nacional de Per nto	na ssoas lastro nº a na ermos al nº o que ações b, Lei a do regão
denominado Ministério da Faze a neste ato por Pessoas oravante denomina a Federal nº 10.02 Lei Federal nº 1 as disposições da Artigos 42, 43, 44 ntar nº 147/2014	ÓRGÃO , inscritenda CNPJ/MF serificas ado DETENTOR 24/2019 regulam 0.520/2002, aplica Lei Federal 4, 45 e 46 da Lei e Lei nº 8.07	serenciador si a no Cadastro sob o nº sob (ca DA ATA; para entado pelo D cando-se, subs nº 8.666/1993 ei Complemer 8/1990 do Có	nto Nacional de Per Nacional d	na ssoas lastro nº a na ermos al nº o que ações b, Lei a do
denominado Ministério da Faze a neste ato por Pessoas oravante denomina o Federal nº 10.02 Lei Federal nº 1 as disposições da Artigos 42, 43, 44	ÓRGÃO G , inscritenda CNPJ/MF s Físicas Ado DETENTOR 24/2019 regulam 0.520/2002, aplica Lei Federal 4, 45 e 46 da L	sob DA ATA; para entado pelo D cando-se, subs nº 8.666/1993 ei Complemer	n, a emplito Nacional de Per n, inscrito no Cac o argo que ocupa proceder, nos te ecreto Municip sidiariamente, no com as altera ntar nº 123/2006	na ssoas lastro nº a na ermos al nº o que ações 5, Lei
denominado Ministério da Faze a neste ato por Pessoas oravante denomina Federal nº 10.02 Lei Federal nº 1 as disposições da	óRGÃO G , inscritenda CNPJ/MF s Físicas ado DETENTOR 24/2019 regulam 0.520/2002, aplia Lei Federal	sob DA ATA; para entado pelo D cando-se, subs nº 8.666/1993	n a emplito Nacional de Per n, inscrito no Cac o rgo que ocupa proceder, nos te ecreto Municip sidiariamente, no	na ssoas lastro nº a na ermos al nº o que
denominado Ministério da Faze a neste ato por Pessoas oravante denomina o Federal nº 10.02 Lei Federal nº 1	ÓRGÃO G , inscritenda CNPJ/MF s Físicas ado DETENTOR 24/2019 regulam 0.520/2002, apli	sob DA ATA; para entado pelo D cando-se, subs	n, a emplito Nacional de Per , inscrito no Cac o argo que ocupa proceder, nos te ecreto Municip sidiariamente, no	na ssoas lastro nº a na ermos al nº
denominado Ministério da Faze a neste ato por Pessoas oravante denomina Federal nº 10.02	ÓRGÃO G	serenciador sia no Cadastro sob o nº sob (ca DA ATA; para entado pelo D	n, a emplito Nacional de Per , inscrito no Cad o argo que ocupa proceder, nos te	na ssoas lastro nº a na ermos al nº
denominado Ministério da Faze a neste ato por Pessoas oravante denomina	ÓRGÃO G, inscritenda CNPJ/MF s Físicas	sia no Cadastro sob o nº sob (ca	to Nacional de Per , inscrito no Cad o argo que ocupa proceder, nos te	na ssoas , lastro nº a na ermos
denominado Ministério da Faze a neste ato por Pessoas	ÓRGÃO G , inscrit enda CNPJ/MF s Físicas	sia no Cadastro sob o nº sob (ca	to Nacional de Per , inscrito no Cad o rgo que ocup	na ssoas , lastro nº a na
denominado Ministério da Faze a neste ato por Pessoas	ÓRGÃO G , inscritenda CNPJ/MF s Físicas	sia no Cadastro sob o nºsob	to Nacional de Per , inscrito no Cad	na ssoas , lastro nº
denominado Ministério da Faze a neste ato por	ÓRGÃO G , inscritenda CNPJ/MF s	SERENCIADOR si a no Cadastro sob o nº	to Nacional de Per , inscrito no Cad	na ssoas , lastro
denominado Ministério da Faze	ÓRGÃO G , inscrit enda CNPJ/MF s	SERENCIADOR Si a no Cadastro sob o nº	t, a emp ito Nacional de Pe	na ssoas
denominado	ÓRGÃO G	ERENCIADOR si a no Cadastro	t, a emp ito Nacional de Pe	resa: na ssoas
denominado	ÓRGÃO G	ERENCIADOR si	t, a emp ito	resa: na
•		ERENCIADOR	d, a emp	resa:
•		•		
\/\/	no e Comarca i	NA LIAMIA+ra L		
XX-XX, residente			∢XXXXXX, nº	XXX,
		•		
•		•	•	
			-	
ic O A	idade de Registro, E D, através da SECR Antônio de Campos, FEITO MUNICIPAL	idade de Registro, Estado de São Pa D, através da SECRETARIA MUNIC Antônio de Campos, 250 – Centro – FEITO MUNICIPAL , Senhor GILS	idade de Registro, Estado de São Paulo, PREFEIT D, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM I Antônio de Campos, 250 – Centro – Registro/SP, re FEITO MUNICIPAL , Senhor GILSON WAGNER	dias do mês de do ano de dois idade de Registro, Estado de São Paulo, PREFEITURA MUNICIPA D, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, si Antônio de Campos, 250 – Centro – Registro/SP, representada nest FEITO MUNICIPAL, Senhor GILSON WAGNER FANTIN, bras lo RG. nº X.XXX.XXX-X – XXX/XX, inscrito no CPF/MF sob

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	VL. UNIT	VL. TOTAL
1					
	VALOR TOTAL	L:			

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
-----------------------------------	-------------------	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGENS AUTOMOTIVAS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, através de Sistema de Registro de Preços (SRP).
- 1.2. A presente licitação visa o Registro de Preços para contratações frequentes e de forma parcelada, conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Registro, nos termos do Artigo 3º, I do Decreto nº 7.892 de 23/01/2013, podendo a formalização da Ata de Registro de Preços se dar na forma do § 4º do art. 62 da Lei Federal 8666/93.
- 1.3. As quantidades estimadas servem apenas como informação aos interessados, e pelo próprio Sistema de Registro de Preços, a Administração não se obrigará a contratar quantidades mínimas. A Contratada/Detentora da Ata deverá executar as quantidades solicitadas pelo Contratante/Órgão Gerenciador, não sendo admitidos faturamentos mínimos. Findo o processo licitatório, a Administração não terá obrigatoriedade em contratar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1.	O Registro de Preços terá validade de 12 (Doze) meses. A vigência da Ata de Registro de Preços ficará condicionada à data da sua assinatura e à
	validade do presente Registro de Preços, (/
	a/), durante o qual o ÓRGÃO GERENCIADOR não será
	obrigado a contratar os serviços referido na CLÁUSULA PRIMEIRA
	exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo
	mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos
	ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a
	Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto,
	garantidos ao DETENTOR DA ATA, neste caso, o contraditório e a ampla
	defesa.

Rubrica 1 ^a (S	Sec. de Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

<u>CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS</u>

- **3.1.** As notas de empenho serão emitidas conforme as necessidades das Secretarias Municipais.
- 3.1.1. A execução dos serviços, cujos preços serão registrados pelo presente procedimento, deverá ser realizado mediante apresentação da Nota de Empenho/Nota de Empenho Parcial expedida pela Prefeitura Municipal de Registro.
- 3.2. A entrega dos veículos será de responsabilidade da Detentora da Ata. Devendo os veículos lavados serem entregues no prazo de 01 (um) dia.
- Os serviços deverão ser executados conforme especificações do ANEXO I do edital.
- 3.4. Fica a Detentora da Ata de Registro de Preços ciente, de executar os serviços nas quantidades solicitadas e no prazo estabelecido. Sendo os serviços executados por funcionários da empresa contratada no(s) local(is) indicado(s) e nos horários estipulados, correndo por conta da Detentora da Ata as despesas inerentes aos serviços.
- 3.5. Fica reservado à Detentora da Ata o direito de não aceitar os serviços, caso os mesmos não se encontrem em condições satisfatórias. Devendo a empresa vencedora responsabilizar-se exatidão dos serviços, conforme condições deste edital.
- 3.6. As despesas com todos os materiais e equipamentos necessários a execução dos serviços, será de responsabilidade da contratada, sem ônus ao órgão gerenciador.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 4.1. O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da DETENTORA DA ATA e o presente Edital e seus anexos, podendo a PREFEITURA, em seu exclusivo entendimento, determinar a substituição, assim também, como sua complementação, caso não estejam em números efetivamente contratados. O objeto deverá ser executado, no local e endereço indicado, de acordo com a Cláusula Terceira deste Edital.
- **4.2.** Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações do edital, superando a fase de fiscalização.
- **4.2.1.** Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de **01 (um) dia**, inclusive, após o recebimento provisório, a **PREFEITURA** não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo.
- 4.2.2. A comprovação do recebimento definitivo se fará mediante assinatura do funcionário responsável no verso da Nota Fiscal, que posteriormente deverá encaminhá-la para pagamento junto a Secretaria de Fazenda e Orçamento. Constatada irregularidade, a empresa será notificada para regularização, e a nota fiscal será devolvida à Contratada.
- 4.3. Não obstante o fato do Detentor da Ata ser o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços, objeto desta licitação, a Secretaria Municipal requisitante, através dos seus Secretários ou pessoas responsáveis por eles indicados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização da sua execução com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle.
- **4.3.1.** Compete à fiscalização designada pela Prefeitura, entre outras atribuições:
- a) Proceder, em conjunto com o **DETENTOR DA ATA**, a vistoria das instalações e equipamentos, sempre que entender ser necessário;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico



- b) Intervir nas hipóteses previstas em Lei, na execução dos serviços quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento da Ata e das normas legais pertinentes;
- c) Fiscalizar os trabalhos a serem desenvolvidos pelo **DETENTOR DA ATA**. Solicitar a qualquer momento informações que suponham relevantes;
- d) Solicitar a qualquer momento ao DETENTOR DA ATA, por escrito, a substituição de qualquer de seus profissionais alocados na execução do serviço;
- e) Incorporar modificações nas especificações técnicas, mediante entendimento prévio e comunicação escrita dirigida ao **DETENTOR DA ATA**;
- f) Exercer rigoroso controle do cumprimento da Ata de Registro de Preços, em especial quanto à quantidade e qualidade dos serviços executados, fazendo cumprir todas as disposições de Lei, do presente edital e na respectiva Ata;
- g) Ordenar à licitante vencedora corrigir ou refazer as partes dos serviços que apresentarem imperfeições ou em desacordo com as especificações;
- h) Encaminhar à Prefeitura o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à licitante vencedora.
- **4.3.2.** A ação da fiscalização não exime a licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.
- 4.3.3. O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da DETENTORA DA ATA o custo das providências quanto à sua retirada e/ou substituição em prazo fixado pela PREFEITURA, sendo que, no bem/serviço substituído, será realizada a mesma fiscalização.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- **4.3.4.** A recusa do objeto no processo de fiscalização, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado. Ocorrendo tal interrupção, independentemente do número de vezes que o objeto for recusado no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição.
- 4.4. O uso pela PREFEITURA de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a PREFEITURA efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a DETENTORA DA ATA das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto.
- 4.5. O recebimento definitivo n\u00e3o implica na falta de responsabiliza\u00e7\u00e3o da DETENTORA DA ATA pelos preju\u00e1zos que o servi\u00e7o prestado venha causar a PREFEITURA OU A TERCEIROS.
- 4.6. A PREFEITURA se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução da Ata de Registro de Preços, arcando a DETENTORA DA ATA com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da PREFEITURA.
- 4.7. O recebimento pela PREFEITURA, provisório ou definitivo do objeto licitado, não exclui ou isenta a DETENTORA DA ATA da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.
- **4.8.** A Administração poderá obrigar a Detentora da Ata a corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da Ata, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos produtos contratados.
- **4.9.** Constatadas irregularidades no objeto contratual, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) Na hipótese de substituição/refazimento, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo de 01 (um) dia, contados da notificação por escrito e/ou contato telefônico, mantido o preço inicialmente contratado;
- c) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis:
- d) Na hipótese de complementação, a CONTRATANTE deverá fazê-la em conformidade com a indicação da CONTRATADA, no prazo de 01 (um) dia, contados da notificação por escrito e/ou contato telefônico, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

- 5.1. O objeto do presente processo tem garantia quanto a vícios ocultos e aparentes ou defeitos da coisa, devendo o licitante vencedor eliminá-los às próprias expensas, sob pena de incidir em inexecução contratual. Ficando responsável por todos os encargos decorrentes disso.
- 5.2. Nos termos do art. 3° combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).
- **5.3.** No que couber, aplica-se a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 Código de Defesa do Consumidor.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (I	Requerente)	Visto do Jurídico
--	-------------	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1. Após a Fiscalização dos serviços, a Secretaria interessada entrará em contato com a Contratada para que seja emitida a Nota Fiscal/Fatura que deverá ser entregue na referida Secretaria. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.
- 6.1.1. <u>A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Nota de Empenho/Nota</u> de Empenho Parcial.
- 6.2. O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado conforme cronograma da Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento (ANEXO VI do edital), desde que a referida fatura seja entregue na Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento, devidamente atestada pela Secretaria solicitante.
- **6.2.1.** As datas relacionadas no **ANEXO VI do edital** poderão sofrer alterações, podendo ocorrer antecipações ou atrasos de acordo com cada mês.
- **6.3.** A Contratada não poderá protocolizar a Nota Fiscal/ Fatura antes do recebimento do objeto por parte da Contratante.
- **6.4.** As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá obedecendo ao cronograma acima citado.
- **6.5.** Caso o dia do pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

7.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico



- 7.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 7.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO deverá:
- Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- **b)** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 7.3.1. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO poderá:
- a) Acatar pedido de reajuste dos preços, mediante aprovação do requerimento devidamente acompanhado das devidas comprovações, observadas as condições do Art. 65 da 8.666/93;
- b) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução; e
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 7.3.2. Não havendo êxito nas negociações, a PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO deverá proceder à revogação da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

7.3.3. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições da Ata de Registro de Preços, bem como nos casos que a sua utilização se mostrar antieconômica ou o objeto desnecessário.

CLÁUSULA OITAVA - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

8.1. O preço registrado não será objeto de atualização monetária ou reajustamento de preços, nos termos da Lei Federal nº 8.840/94 e somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93 e ulteriores alterações.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

- 9.1. DOS DIREITOS
- **9.1.1.** Constituem direitos do **ÓRGÃO GERENCIADOR** receber o objeto nas condições avençadas e do **DETENTOR DA ATA** perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.
- 9.2. DAS OBRIGAÇÕES
- **9.2.1.** Constituem obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:
- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar ao DETENTOR DA ATA as condições necessárias à regular execução da Ata de Registro de Preços;
- c) Prestar ao DETENTOR DA ATA todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços;
- d) Notificar por escrito à DETENTORA DA ATA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
, ,	_	_



- e) Comunicar ao **DETENTOR DA ATA**, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento;
- f) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- **g)** Fornecer Atestados de Capacidade Técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.
- **9.2.2.** Constituem obrigações do **DETENTOR DA ATA**:
- a) Executar o objeto desta licitação de acordo com as especificações e condições do Edital de licitação e ANEXO I, responsabilizando-se pela exatidão da execução dos serviços, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades;
- b) Prestar garantia pelo prazo ofertado na proposta, a partir do termo de aceite, dos serviços, durante o qual correrão por sua conta todas as despesas de qualquer natureza;
- c) Prover o adequado transporte de acordo com as legislações vigentes;
- d) Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Apresentar durante a execução da Ata de Registro de Preços, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto as obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da Ata de Registro de Preços;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico



- g) Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR no prazo de 48 (quarenta e oito) horas qualquer ocorrência anormal, que impeça a execução dos serviços;
- h) Cumprir todas as orientações do **ÓRGÃO GERENCIADOR** para o fiel cumprimento do objeto licitado;
- i) Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata de Registro de Preços para terceiros. A Prefeitura não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do **DETENTOR DA ATA** para outros.
- j) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações, caso ocorram;
- k) Obedecer aos prazos estipulados e as quantidades solicitadas, e cumprir todas as exigências constantes no edital e Ata de Registro de Preços;
- Arcar com todos os custos de reposição ou refazimento nos casos em que os serviços não tenham sido satisfatórios ou não atenderem as condições editalícias:
- **m)** Arcar com todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre a prestação dos serviços;
- n) A DETENTORA DA ATA assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou a terceiros na execução desta Ata de Registro de Preços;
- o) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Prefeitura ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2a (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- Reconhecer por este instrumento que é única e exclusiva responsável por p) danos ou prejuízos que possam causar à prefeitura ou a terceiros, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a prefeitura, os respectivos ressarcimentos ou indenizações, nos termos do Código Civil Brasileiro e legislação pertinente;
- q) Adequar-se a todas as exigências impostas pelos órgãos governamentais responsáveis pela segurança, higiene e medicina do trabalho, inclusive fornecendo a seus funcionários uniformes, equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva (EPC's) adequados à execução dos serviços e de acordo com as normas de segurança vigentes;
- Os direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, r) previdenciária ou securitária decorrentes da execução da presente Ata de Registro de Preços, são de cumprimento e responsabilidade exclusiva da **DETENTORA DA ATA:**

CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- a) Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Fazer declaração falsa;
- e) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- f) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- g)

Não mantiver a proposta;		
Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico



- h) Cometer fraude fiscal;
- i) Comportar-se de modo inidôneo.
- **10.2.** Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93 e a apresentação, quando for o caso, de amostra falsificada ou deteriorada.
- 10.3. Também se considera comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 10.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- **d)** Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento, pelo prazo de até cinco anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- **10.5.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 10.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- **10.7.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- **10.8.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- **10.1.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta do contrato anexa a este Edital.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS</u>

- **11.1.** O **DETENTOR DA ATA** terá seu registro cancelado quando:
- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- c) Tiver presentes razões de interesse público.
- 11.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico



- 11.3. O DETENTOR DA ATA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.
- 11.4. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser rescindida de pleno direito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:
- a) Inexecução parcial ou total da Ata de Registro de Preços;
- **b)** Inobservância de dispositivos legais;
- c) Dissolução de empresa Contratada;
- d) Nos demais casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 11.5. Nos casos de rescisão previstos em Lei, quando couber, a parte inadimplente será responsável pelo ressarcimento, a outra, dos eventuais prejuízos decorrentes da rescisão.
- **11.6.** Por ato unilateral do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, quando ocorrer o não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas da Ata de Registro de Preços, especificações técnicas, projetos ou prazos, tal como:
- a) Descumprimento do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93 sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- b) Lentidão do seu cumprimento, levando o ÓRGÃO GERENCIADOR a comprovar a impossibilidade da conclusão da execução dos serviços, nos prazos estipulados;
- c) Atraso injustificado na execução dos serviços;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- d) Paralisação da execução dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao ÓRGÃO GERENCIADOR;
- e) Subcontratação total ou parcial do objeto da Ata de Registro de Preços, ou associação do DETENTOR DA ATA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

12.1. A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Pregão Eletrônico nº 089/2020 e à proposta da DETENTORA DA ATA, fazendo parte integrante deste instrumento, como se transcrito estivessem literalmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EFICÁCIA

13.1. A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de REGISTRO para dirimir dúvidas ou questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

GILSON WAGNER FANT Prefeito Municipal P/ Órgão Gerenciador	N REPRESENTANTE LEGAL P/ Detentor da Ata
Testemunhas:	
 Nome	 Nome
R.G.:	R.G.:
VISTO E A	PROVADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) ______ 2ª (Requerente) _____ Visto do Jurídico _



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

ANEXO V - MINUTA DO TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE:	
CONTRATADO:	
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):	
OBJETO:	
ADVOGADO (S)/ Nº OAB/e-mail: (*)	

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- **a)** O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- **b)** Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- **c)** Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- **d)** As informações pessoais dos responsáveis pela <u>contratante</u> estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- **b)** Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
- tubiled : (ever de / tulimietia que)	= (11010 40 04114100



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

LOCAL e DATA:
AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE: Nome:
CPF: RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
Pelo contratante:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
Pela contratada:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome:
Cargo:
CPF: Assinatura:
Additional Landson Control Lan
(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) ______ 2ª (Requerente) _____ Visto do Jurídico ___



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

ANEXO VI - CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS 2020

MÊS: Janeiro	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de			20/ion
Contabilidade			20/jan
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de			24/ion
Tesouraria			24/jan
Pagamento das Notas Fiscais			30/jan

MÊS: Fevereiro	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	29/jan	10/fev	14/fev
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	04/fev	13/fev	19/fev
Pagamento das Notas Fiscais	10/fev	19/fev	27/fev

MÊS: Março	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	28/fev	12/mar	20/mar
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	04/mar	17/mar	25/mar
Pagamento das Notas Fiscais	10/mar	20/mar	30/mar

MÊS: Abril	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	27/mar	08/abr	17/abr
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	03/abr	14/abr	24/abr
Pagamento das Notas Fiscais	09/abr	17/abr	29/abr

MÊS: Maio	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	28/abr	12/mai	20/mai
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	05/mai	15/mai	25/mai
Pagamento das Notas Fiscais	11/mai	20/mai	28/mai

	MÊS: Junho	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO	
--	------------	----------	----------	----------	--

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	28/mai	09/jun	19/jun
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	03/jun	16/jun	24/jun
Pagamento das Notas Fiscais	09/jun	19/jun	29/jun

MÊS: Julho	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de	30/jun	08/jul	22/jul
Contabilidade	00/,0	00/,0	,,
Ultima data para recebimento dos docs.na Seção de	03/jul	15/iul	27/jul
Tesouraria	03/jui	13/jui	21/jui
Pagamento das Notas Fiscais	08/jul	20/jul	30/jul

MÊS: Agosto	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	31/jul	11/ago	20/ago
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	05/ago	14/ago	25/ago
Pagamento das Notas Fiscais	10/ago	19/ago	28/ago

MÊS: Setembro	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	31/ago	10/set	21/set
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	03/set	15/set	24/set
Pagamento das Notas Fiscais	09/set	18/set	29/set

MÊS: Outubro	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	01/out	09/out	20/out
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	06/out	15/out	23/out
Pagamento das Notas Fiscais	09/out	20/out	29/out

MÊS: Novembro	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	29/out	10/nov	18/nov

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) ______ 2ª (Requerente) _____ Visto do Jurídico _____



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	04/nov	15/nov	23/nov
Pagamento das Notas Fiscais	09/nov	18/nov	26/nov

MÊS: Dezembro	1º PAGTO
Última data para recebimento dos docs.na Seção de Contabilidade	01/dez
Ultima data para recebimento dos docs.na Seção de Tesouraria	10/dez
Pagamento Notas Fiscais (último pagamento do ano e restos a pagar)	16/dez

Obs.: Os pagamentos enviados após o dia 15 de dezembro só serão aceitos mediante autorização do Secretário Mun. de Fazenda e Orçamento.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
Trabilita i (Cee: de Mariiriistração)		VIOLO GO OGITAIOO